

Parecer nº 168/98

Data: 1998.12.09

Processo nº 481

Requerente: Hospital de Santa Maria.

I - Factos

O instrutor de processo militar de averiguações por acidente de viação em serviço pretende aceder, para efeitos instrutórios, ao relatório médico de exame directo feito pelo Serviço de Urgência do Hospital de Santa Maria a Maria Silvina Ribeiro Gonçalves Ventura, observada e tratada em 29 de Agosto de 1998 devido a eventuais lesões causadas por esse acidente.

O Hospital de Santa Maria, a quem esse instrutor formulou o pedido, dirigiu-se a esta Comissão expondo dúvidas e pedindo parecer acerca da viabilidade do seu deferimento. Salientou que os documentos em questão "contêm dados de identificação dos doentes bem como toda a informação clínica relativa ao atendimento efectuado" e invocou os artigos 7º e 8º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto - Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA) - e 2º, alínea c), do Regulamento Interno desta Comissão.

II - Direito

Como é doutrina reiterada desta Comissão, o acesso de entidades públicas instrutoras de processos de averiguações ou disciplinares no âmbito de acidentes ocorridos com pessoas, agentes públicos ou não, em que se pretenda averiguar a responsabilidade do próprio em face de terceiros, ou de terceiros em actos em que os mesmos tenham estado envolvidos, situa-se no plano de regras jurídicas funcionais e orgânicas que, por mais liberais ou facilitadoras do acesso, afastam, em princípio, a aplicação da LADA.

Ponto é que o pretendido acesso se limite ao estritamente necessário aos objectivos correspondentes ao conteúdo dos poderes e fins instrutórios, lidos numa perspectiva de conhecimento pleno das circunstâncias quer objectivas quer subjectivas que possam influir na culpa ou repartição da culpa do agente e/ou do

acidentado pelos acontecimentos em apreço.

O que fica dito deixa um reduzido espaço de intervenção da LADA, pois esta só é chamada à colação na medida em que eventualmente as entidades instrutoras visem exercer direitos de acesso a dados pessoais que excedam as suas funções, isto é, em situações em que se coloquem dúvidas sobre a legitimidade da extensão do pedido, lido na dimensão da colaboração inter-administrativa acima enquadrada, designadamente se for solicitado o acesso a documentos e informações de natureza nominativa que, por impertinentes, se considere que devem ser sombreadas ou, de qualquer modo, não comunicados. Não é o caso.

Assim, o acesso às informações clínicas directamente relacionadas com o acidente em questão e outras que constem do processo clínico e sejam pertinentes para a apreciação do mesmo e das suas consequências em concreto são indispensáveis à instrução e ponderação das responsabilidades dele advenientes e por isso comunicáveis directamente ao instrutor.

III - Parecer

Tendo presente o exposto, a CADA entende não haver obstáculo legal à satisfação do pedido (de fotocópia do relatório médico de exame directo feito a Maria Silvina Ribeiro Gonçalves Ventura em 29 de Agosto de 1998) dirigido ao Hospital de Santa Maria pela Secção de Justiça da Base do Lumiar da Força Aérea Portuguesa

Aprovado em sessão da CADA de 9 de Dezembro de 1998.

Castro Martins (Presidente) - José Magalhães - João Figueiredo - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Branca do Amaral - João Labescat